

ATA Nº 1/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DE

25/02/2021

(REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA)

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, em sistema de videoconferência, em cumprimento do definido no n.º 3, do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, em articulação com o Decreto do Presidente da República, n.º 51-U/2020, de 06 de novembro, que aprovou o estado de emergência em todo o território nacional, sob a presidência do Ex.º Sr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sra. Regina Maria Duarte Serrano, 2.º Secretário. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **Ponto UM – Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- **PONTO DOIS: Prestação de informação respeitante à atividade da empresa intermunicipal “ABMG, EIM, S.A.” – Tomada de conhecimento.** -----

----- **PONTO TRÊS: Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal, à ampliação da UPAC da empresa “ACUINOVA”, ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. Aprovação.** -----

----- **PONTO QUATRO: Unidade Operativa Planeamento e Gestão n.º 7- Prazos Novos - Praia de Mira - Aprovação, nos termos da alínea n) do n.º 2 do artigo 23º. conjugado com a alínea a) do n.º1 do artigo 33º. do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- **PONTO CINCO: Contratualização de Empréstimo EQ-BEI – Linha PT2020 – Autarquias – Operação CENTRO-06-1406-FEDER-000058 “Requalificação do Parque de Estacionamento Lago do Mar e Poço da Cruz – Aprovação** -----

----- **PONTO SEIS: Ratificação do Contrato Interadministrativo de Delegação**

de Competências no âmbito da "Eurovelo 1 - Rota da Costa Atlântica" na CIM Região de Coimbra e aprovação de encargos plurianuais – Aprovação.

----- PONTO SETE: Protocolo de cedência de instalações entre a Câmara Municipal de Mira e a Junta de Freguesia de Mira - Aprovação. -----

----- PONTO OITO: Revisão do Plano Diretor Municipal de Mira – prorrogação do prazo de elaboração, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 76.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio – Aprovação. -----

----- PONTO NOVE: Relatório – Operacionalização do Regime de Salvaguarda aos Riscos Costeiros em Litoral Baixo e Arenoso Para a Praia de Mira – Tomada de conhecimento. -----

----- PONTO DEZ: Declarações de Compromissos Plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso – ano de 2020 - Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação. -----

----- PONTO ONZE: Assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo da “Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais” Tomada de conhecimento. -----

----- PONTO DOZE: Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2020 - Tomada de conhecimento nos termos da alínea h), do art.º 18.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro. -----

----- PRESENÇA DO EXECUTIVO: _____

----- Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, e os Vereadores Sr. Nelson Teixeira Maltez, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, os Técnicos Superiores, Dr. João Rocha, Dr. Ângelo Lopes, Dra. Brigitte, Dra. Oriana Dias e Dr. João Cupido. -----

----- PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA: -----

----- Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Mário Maduro Ribeiro, Nelson Miranda Cadete, Regina Maria Duarte Serrano; Hugo Daniel Pinto Coelho

Gomes, Paulo Jorge Santos Grego, Pedro Nunes, Luís Filipe Alcaide Antunes, Maria Leonor das Cruz R. Tomás Borralho, Edite Domingues Custódio, João Pedro Ventura Lopes Almeida, Zélia Domingues Morais, André Frederico Guilhoto Monteiro, Manuel Ferreira Inocêncio, Telma Milene Magueta Salvador, João André Reigota Gomes, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Vera Lúcia Jesus Manco, Marta Sofia Cunha e Silva, Mário Jesus Manata, Carlos Jorge dos Santos Nora, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos, Gabriel Miranda de Pinho. -----

----- **HORA DE ABERTURA:** -----

----- A reunião teve início às dezoito horas, tendo sido declarada aberta a sessão pelo Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- O **Presidente da Assembleia** após cumprimentar todos os presentes anunciou a tomada de posse de um novo elemento devido à renúncia de Mafalda Muralha, que foi substituída por Edite Domingues Custódio, momento em que a mesma tomou posse.-----

----- O **Presidente da Assembleia** continuou dizendo que a mesa decidiu atender a bancada do Partido Socialista e colocou um novo ponto, o ponto 13 sobre a ABMG Recursos Humanos.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Naquela intervenção ouviu-se uma gravação enviada por um cidadão que pedia alguns esclarecimentos sobre a Petição Pública sobre a saída imediata da ABMG dos Municípios de Mira, Montemor e Soure. O cidadão questionou o facto de não terem tido resposta à petição pública enviada ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para o Sr. Presidente da Câmara Municipal e os demais representantes de Mira, nos meses de novembro e dezembro de 2020. Dizia que não tinha sido comunicado àquele movimento de cidadãos o pedido de correção

ou alteração de qualquer conteúdo por eles enviado, nem o indeferimento liminar daquela petição, impedindo-os assim de invocar o livre direito de petição, não respeitando os conteúdos invocados por aquele movimento de cidadãos. Repudiava severamente aquela forma de atuar, pouco democrática. Afirmou que os políticos eleitos tentavam amordaçar daquela forma a voz do povo. -----

----- Questionou porque é que a ABMG tinha gastado 20 mil euros na contratação de sociedades especialista no recrutamento e gestão de pessoal, assim como em direito penal, não percebendo a razão para tal despesa uma vez que no quadro de pessoal existia uma técnica superior especialista na área jurídica, sendo ela uma das amigas dos três Presidentes, contratada sem qualquer concurso. Pediu esclarecimento para a contratação para os quadros da ABMG de nove amigos sem qualquer concurso, assim como o dinheiro gasto com as contratações das sociedades de advogados de direito penal e gestão de recursos humanos, para defender eventuais práticas de crime cometidos pelo conselho de administração composto pelos três presidentes Raul Almeida, Emílio Torrão e Mário Nunes. Afirmou que na sessão da Assembleia Municipal de dezembro aquele assunto de direito de petição tinha sido ignorado pelos Presidentes Mário Maduro e Raul Almeida, tendo vedado a participação a alguns cidadãos devidamente identificados no período da intervenção e esclarecimento público conforme o disposto no nº 1 do artigo 49º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 44º do Regimento da Assembleia Municipal de Mira. Passado dois meses continuavam a ignorar o direito de petição e a não cumprir a Lei e o próprio Regimento da Assembleia Municipal, nomeadamente no seu artigo 62º. Questionava assim qual seria o motivo pelo que ainda não o tinham feito. Outra questão que intrigava o movimento era o motivo da saída do Ex diretor Décio Matias da ABMG. Questionou também qual o custo do desconto das faturas da água suportado pela Câmara Municipal de Mira. -----

-----Interveio o **Sr. Nelson** afirmando que, devido ao facto de naquela intervenção terem sido feitas algumas acusações relativamente ao procedimento da

Assembleia gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Afirmou que em novembro de 2020 tinham recebido um email de um senhor Fernando Pereira, que solicitava a introdução de um ponto na ordem do de trabalhos da assembleia seguinte, que segundo o Regimento, um elemento que não fazia parte daquela assembleia, não o podia fazer, o que podia era solicitar o direito de petição para o qual seria necessário um determinado número de procedimentos, que não tinham sido cumpridos no email que o senhor tinha enviado. Afirmou que em relação ao senhor que se ouvia no vídeo gravado, que como não se tinha identificado não sabia quem era, falava na questão da intervenção do público, o que só podia dizer que tinham recebido um e mail no dia anterior à assembleia, onde era pedido que fosse dado conhecimento do mesmo à Assembleia, sendo que a mesma atendeu ao pedido e foi dado conhecimento do que era pedido. Quanto à questão da legalidade de introdução de um novo ponto na ordem do dia, tinha sido feito um pedido de esclarecimento à CCDR que em suma dizia que, o cidadão em causa não tinha legitimidade para agendamento de assuntos na ordem do dia da sessão ordinária. Conclui assim que o procedimento daquela mesa da Assembleia tinha sido sempre legal e legítimo, e porque não gostavam de receber lições de democracia de pessoas que não conheciam, depois de uma conferência de líderes tinha ficado combinado que na Assembleia seguinte seria agendado um ponto para falar dos assuntos da empresa ABMG, que seria o ponto número dois. -----

----- Cumprindo os regulamentos e o regimento da Assembleia Municipal o partido Socialista tinha requerido àquela mesa que fosse introduzido um ponto específico, sobre os recursos humanos da ABMG, que, tendo sido cumprido a legislação aquele ponto tinha sido introduzido, que era o ponto décimo terceiro, não havendo, portanto, qualquer fundamento nas afirmações do senhor sobre a atuação daquela Mesa de Assembleia, considerando falso e injurioso. -----

----- Mais afirmou que se houvesse alguém que quisesse usar do direito de petição que o fizesse de forma correta e legal. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que começou por dizer que tinha tido alguma dificuldade em compreender a leitura daquele senhor. Não podia permitir que um desconhecido que não era munícipe de Mira, fosse achincalhar aquela Assembleia Municipal, colocando em causa o procedimento do Presidente da Assembleia Municipal e da Mesa em especial. O que tinham feito tinha sido cumprir a lei e em caso de dúvida pediam parecer como o tinha explicado o Sr. Secretário Nelson Cadete. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que aquele senhor deveria preocupar-se com o seu município e deixar os eleitos Mirenses tratar do seu. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que cumprimentou todos os presentes e começou por afirmar a vontade de deixar uma nota prévia em relação ao senhor que tinha feito aquela introdução, desconhecido de todos, que até há dois ou três meses atrás também não o conhecia, mas naquele momento sabia quem era. Era militante do Partido Socialista, o que não tinha nada de mal, era muito amigo do Dr. João Gouveia Presidente da Assembleia Municipal de Soure, muito amigo do Dr. Pedro Coimbra que tinha sido Presidente da Federação Distrital do PS, era, portanto, uma pessoa sobejamente conhecida por estar ligado a candidaturas do PS, uma pessoa com agenda política. -----

----- Afirmou ter a certeza que aquele senhor não estava preocupado com a qualidade da água em Mira seu tarifário ou sequer com a taxa de cobertura do saneamento em Mira, a sua única preocupação era a sua agenda política e guerras políticas internas de um partido que não tinha interesse nenhum na resolução daqueles problemas de água e saneamento. Teriam três pontos da ABMG e explicaria tudo o que fosse necessário. -----

----- Respondendo ao mesmo, afirmou que o Dr. Décio teria saído da ABMG por questões pessoais e profissionais. Em relação ao desconto do tarifário de Mira, na Assembleia de abril teria todo o gosto em convidá-lo a assistir, seriam apresentadas todas as contas do Município de Mira incluindo as contas da ABMG e aí ia ter conhecimento de todas aquelas contas. -----

----- Em relação ao pessoal contratado, afirmou não haver nenhuma irregularidade. Continuava a acreditar na ABMG, sendo aquela uma pessoa coletiva de direito privado do setor empresarial local, onde a contratação não obedecia às Leis de Contratação Pública como estava definido na Lei 50/2012 no art. 28º, que era aplicável o Regime do Código de Trabalho. Aquela lei previa concretamente que a aquisição de bens era feita através do Código de Contratação Pública. Naquele caso para a contratação de trabalho para aquela empresa não havia regra do concurso público. O que fizeram foi selecionar pessoas através da análise de currículos cumprindo todas as regras e todas as situações legais, não havendo nenhuma irregularidade. Todos tinham o direito de achar que as coisas estavam mal e todos tinham o direito de o participar ao Ministério Público ou ao DIAP, não tinham era o direito de andar a achincalhar em praça pública o nome das pessoas. Se achavam que alguém tinha feito alguma coisa de mal tinham o direito de fazer queixa, mas não tinham o direito de andar a veicular publicamente aquilo porque se não fosse verdade teria que pagar por isso. Havia limites aceitáveis para a crítica, não tinha havido limites para o ataque pessoal à honra dos três Presidentes de Câmara, por isso já tinha iniciado a apresentação de queixa crime contra o Dr. João Gouveia, a mesa da Assembleia Municipal de Soure e contra os principais rostos daquele movimento. Aquela queixa tinha que ser apensada à queixa que estava na Procuradoria Geral da República por difamação, denuncia caluniosa e injúria. Até trânsito em julgado havia a presunção de inocência e não permitia andar na praça pública a difamar e a injuriar as pessoas. Se havia guerras políticas dentro dos partidos que as resolvessem internamente, mas que não o envolvessem naquela guerra.

----- Quanto à questão dos advogados afirmou que tinha toda a informação jurídica que sustentava que tinham feito tudo bem feito. Tiveram que recorrer a especialistas do direito criminal porque a ABMG tinha sido alvo de um ataque informático. No mesmo dia os e-mails dos três Presidentes de Câmara foram violados, estava a falar de cibercrime e tinham que se defender assim como o

nome da ABMG. Era uma empresa que estava no mercado com relações comerciais com empregados e com a banca e que tinha surgido muito burburinho nos últimos meses que podiam ter prejuízos com isso. Tiveram que contratar especialistas no direito criminal para se defenderem e tentar descobrir quem tinha atacado informaticamente a sua privacidade e a privacidade da ABMG. ---

----- **PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS:** -----

----- **Ata n.º 5** de 13 de outubro de 2020: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ata n.º 6 de 2 de novembro de 2020:** Submetida a votação foi **aprovada por maioria**, com um voto contra do Presidente da Junta da Praia. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que cumprimentou todos os presentes e afirmou ter enviado correções daquela ata que não estavam expressas na versão final. -----

----- Interveio o **Sr. Nelson Cadete** disse que pensava que se trataria da correção nas intervenções de outros, mas que tinham combinado que não iam fazer correções. Tinha ficado definido em conferência de líderes que as atas deviam ser resumidas com as ideias principais que tinham lugar na Assembleia e colocariam o vídeo disponível para acederem evitando assim obrigatoriedade de fazer correções. O que estava escrito na ata podia não ser tudo só não podia ter nada de errado, em caso de dúvida iriam à gravação. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** disse que não era contra se fazerem atas resumidas, não era contradizerem que tinha feito a intervenção que tinha focado no assunto A, B, C, e D e o Presidente da Câmara responder no assunto B, C e D. Não podiam resumir só o que lhes interessava. Responderam a uma parte da questão, mas a outra parte estava omitida, que estava a ser desvirtuado o princípio de ata, que não era admissível porque as atas tinham que ter lógica. Podiam ser resumidas ou não mas tinham que ser fidedignas e aquela não o era. Relativamente a questão das correções de outros, era um direito que tinham que não podia ser vedado, que não tinha sido acordado pelo seu líder de bancada.

Não estivessem a usar constantemente o nome do Partido Socialista e os acordos que faziam, porque na realidade não faziam aqueles acordos. Não tinham consagrado em nenhum momento com qualquer elemento do PS, acordos que eles não podiam corrigir intervenções dos outros, era o que havia de faltar. Referiu ainda que podiam fazer o princípio de ata que quisessem mas não podiam esquecer que a ata número seis estava antes da ata número sete e aquela não tinha síntese alguma, que desde 2017 era a primeira ata que aquele executivo apresentava a tempo e horas em que os conteúdos estavam todos corretos.-----

----- **Ata n.º7 de 10 de dezembro de 2020** : Submetida a votação e foi aprovada por maioria com um voto contra do **Sr. Francisco Reigota** .-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que solicitou colocar a votação um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Cupido, do Sr. Fernando Moitinho e do Dr. Rico, três pessoas que tinham estado ligadas à democracia e àquela casa.-----

----- Interveio o **Sr. Vice Presidente** que falou do assunto de abastecimento de água em Mira, mas logo foi advertido que aquele seria o momento do voto de pesar, ao que declarou que se associava ao Presidente da Câmara que apresentava o voto em nome de todo o executivo.-----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que se solidarizava com o voto e achava oportuno a evocação do voto de pesar.-----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** disse que estava plenamente de acordo, era uma justa homenagem. -----

----- Interveio o **Sr. Pedro Nunes** afirmou também estar de acordo pois eram três pessoas que tinham ajudado a solidificar a democracia no Concelho. -----

----- **O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos** que cumprimentou todos os presentes. Salientou que a hora já ia adiantada e que a

noite ia ser grande, mas era para quem a queria fazer. Afirmou que o Inverno tinha sido muito duro, que já tinha visto cheias maiores no Concelho, que outros concelhos tinham sido vítimas das cheias muito mais duras, agradecia assim ao Sr. Presidente ter as valas limpas e que no ano seguinte devia continuar, pois também era serviço. Solicitou ao Sr. Presidente que mandasse tapar os buracos das estradas que estavam esburacadas devido às intempéries, havia certos sítios onde quase engolia o pneu de um carro. Afirmava que tinha recebido telefonemas e lembrar na assembleia a questão dos buracos. Não valia a pena nomear as estradas, pois ia acompanhar os serviços para dizer onde estavam os maiores e mais urgentes. Agradecia ao Sr. Presidente que não demorasse muito a tratar daquele trabalho que era muito necessário. Desejou continuação de bom trabalho. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira** que cumprimentou todos os presentes. Iniciava a sua intervenção reformulando algumas questões que tinha feito na última Assembleia Municipal de dezembro e não tinha obtido respostas diretas. Tinha inclusive colocado algumas questões por escrito e continuava sem obter respostas, nomeadamente sobre a florestas e as várias verbas encaixadas pelo Município. Afirmou que o Sr. Presidente da Câmara tinha feito uma publicação sobre o abate de algumas árvores no leque que dividia a zona da Freguesia da Praia com a Freguesia do Seixo. Era uma situação lamentável que o Sr. Presidente repudiou e ao qual ele se associava e saudava a sua intervenção. Contudo tinha acontecido diversas situações idênticas ou até mais gravosas em termos de quantidades e não tinha publicamente o Sr. Presidente tomado aquelas mesmas posições. Recordou que desde 2017, após os fogos, havia um abate muito grande naquelas matas, não só de madeira queimada, velha ou doente, e também não só cumprindo a Lei de forma cega, e por vezes mesmo contra a sua opinião, podia tentar perceber a Lei e o enquadramento da mesma, mas havia várias situações que não respeitavam a Lei, porque a Lei tinha exceções. Deu como exemplo a, se fosse para cumprir a

Lei, estrada da Lagoa de Mira à Praia de Mira não tinha uma única árvore à sua volta, como existiam exceções estavam lá árvores que não acreditava que fossem abatidas. Havia outras exceções que também deviam ser aplicadas e defendidas pelo Município, sabia que a maior parte eram da responsabilidade do ICNF, mas o Município tinha obrigação de zelar pelo seu território. Falou de um património muito valioso, que naquele momento o Município tinha encaixado milhões de euros com a venda daquelas árvores, visto que 60% das verbas foram para o Município. -----

----- Interveio o **Sr. Nelson** alertando que o tempo de intervenção do Presidente da Junta da Praia de Mira estava a terminar, dando vinte segundos para terminar a ideia. Voltou a solicitar ao Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira que terminasse caso contrário teria que lhe tirar o som. Como o Sr. Presidente da Junta da Praia de Mira não terminou a mesa tirou-lhe o som. O Sr. Nelson pediu desculpa, mas tinha avisado várias vezes para terminar pois tinha ultrapassado bastante o tempo de intervenção. Solicitou a todos que respeitassem o tempo estipulado. -

----- Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira** que cumprimentou todos os presentes. -----

----- Salientou o ponto já falado pelo Presidente de Junta dos Carapelhos relativamente ao asfaltamento necessário por causa do estado das estradas e também tinha uma lista de localidades com ruas a precisar de tapar buracos. Lembrou que continuava a falta o abrigo dos autocarros em Portomar no sentido Mira – Aveiro, não fazia mal que viesse pela Primavera ou Verão, era sempre necessário. Ainda relativamente aos asfaltamentos queria lembrar e questionar quando estavam previstos nas localidades onde tinham sido colocados lancil e passeios, nomeadamente na Corujeira existia uma faixa de alcatrão que precisava de ser asfaltado. Perguntava quando a empresa ia colocar aquele pavimento em falta. -----

----- Dava os parabéns à Câmara Municipal pelo arranque da rotunda do Matadouro que muita falta fazia, que ia resolver vários problemas de segurança

de trânsito que ali se tinham verificado. Chamou a atenção relativamente à segurança e ao deterioramento de certas vias, faltavam alguns pinos que tinham que ser colocados para evitar que certos veículos entrassem em determinadas zonas, nomeadamente ao Largo do Cruzeiro na Lentisqueira em que existiam sítios que eram ajardinados e os carros subiam para a calçada Portuguesa deixando-a em muito mau estado, pois não estava preparada para levar veículos.

----- Muitos eram utentes e funcionários da extensão de saúde, mas para evitar aquela situação devia-se colocar uns pinos e assim impedir a entrada das viaturas. O mesmo se passava na Lagoa com os pescadores que quase que queriam levar os carros para junto da Lagoa.-----

----- Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que deixou duas ou três notas ao Srs. Presidente de Junta. A questão dos buracos na estrada, o inverno tinha sido duro e assim que o tempo melhorasse iriam começar a tapar buracos e a asfaltar algumas estradas, pois o dinheiro não chegava para todas. Pediu que o alertassem para algumas situações pontuais e perigosas. -----

----- Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta da Praia esclareceu que no relatório de contas iria estar plasmado o valor das receitas da madeira. -

----- Continuou dizendo que o que estavam a limpar naquela faixa era a limpeza de uma faixa primária à circulação, que era de lei. Na aplicação da Lei era preciso bom senso ao qual já tinha apelado várias vezes. Chamou a atenção para a questão de no caso de haver um incêndio numa estrada como aquela, onde morressem quatro ou cinco pessoas presas num carro e se não houvesse limpeza daquelas faixas, os responsáveis por aquelas faixas é que teriam que ir responder a tribunal como já tinha acontecido com muitos autarcas. Por muito que quisesse argumentar, havia a questão do tal bom senso, mas a Lei dizia- o e os responsáveis também tinham receio. Deu como exemplo o caso do

Miraoásis e do Miravillas, em que já tinha tido oportunidade de dizer a alguns moradores do Miravillas que se opunham ao abate de árvores, que junto do ICNF assinassem um termo de responsabilidade a dizer que se responsabilizavam se houvesse lá algum incêndio. Era contra o abate de árvores, mas apelava ao bom senso, tinham que ter consciência do que tinha acontecido nos incêndios de dois mil e dezassete, era preciso ter consciência de que era preciso fazer áreas de limpeza, manutenção e afastamento em estradas, vilas e aldeias. Informou que no relatório havia coimas por falta de limpeza de algumas faixas de proteção que tinham sido aplicadas ao município de Mira, que as tinham contestado. Tinha pedido e falado diversas vezes com a Sr^a Diretora Regional e no dia em que tinha sido aquela árvore, cortar aquele pinheiro manso que não tinha a volta qualquer outra árvore, que colocaria em perigo a tal faixa de proteção. Tinha sido a isso que tinham apelado, mas também tinham que ver que se houvesse algum problema seriam eles os responsáveis por isso. -----

----- Em relação ao abrigo dos autocarros tinha tomado nota e em relação aos passeios dos Leitões e da Corujeira faltava fazer os remates que ficariam prontos na semana seguinte. -----

----- Em relação à rotunda do Matadouro estavam a decorrer normalmente as obras, como sabiam aquela obra tinha sido o projeto financiado pelo município e era financiado a 70% pelas Infraestruturas de Portugal sendo o restante assegurado pela CMM. -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** afirmando que ainda estava à espera de que o Sr. Presidente Raul lhe enviasse o plano do asfaltamento que já tinha pedido há duas assembleias atrás. Falou também na supressão de faixa na Presa que já lá estava há mais de um ano, na estrada Nacional 334 tinha uma supressão de faixa com grades em frente a uma casa que estava em risco de ruir, a contenção de segurança podia e devia ser feita por dentro da casa para não estar lá a via cortada, que era perigoso pois estava em cima de uma curva. -----

----- Questionou em que estado estavam as obras dos polos industriais, se estava tudo a correr dentro da normalidade e do tempo previsto porque pensava que havia ali alguns percalços. -----

----- Em relação à ZI do Montalvo questionou se continuava a existir apenas uma empresa ou se havia perspectivas de captar mais empresas para aquele espaço industrial. -----

----- Chamou a atenção para a continuação das descargas de efluentes que continuava a haver na estrada entre o Casal de S. Tomé e a Lagoa que naquele momento inundavam a via, o que era um bocadinho estranho, porque não havia supressão de via nem nada e os efluentes estavam o meio da estrada, não fazia ideia de quem seriam os responsáveis pois a placa que lá estava era das águas do Centro e Litoral mas a placa que lá estava a dizer para terem cuidado e das obras era da ABMG, o que gerava confusão. -----

----- Em relação à barragem do Casal que continuava tapada com umas portas de inox, não sabia se era devido à pandemia por causa de não haver passagem de pessoas ou para alguma falta de segurança que houvesse na ponte e que estivesse em perigo.-----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que solicitou a suspensão daquela reunião por cinco minutos pois tinha que falar com a sua bancada.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que suspendeu a reunião por cinco minutos. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que recomeçou apelando que não fosse contabilizado aquele tempo pois tinha que fazer um reparo a mais aquele incidente, uma vez que com todas aquelas limitações que os tempos obrigavam aliado a um cada vez mais rigor e injusto da parte da gestão da mesa tornava-se muito difícil a participação na Assembleia Municipal, já tinha mencionado que aquele formato , não era o desejável por eles, e imaginava que por todos, na conferência de líderes tinha reafirmado aquela intenção mas atendendo ao momento atual que se vivia da pandemia mais uma vez iriam fazer a reunião em

formato digital, pensando ele que se havia compreensão da sua parte para todas aquelas limitações também teria que haver compreensão da parte da mesa para outras limitações, demoravam todos muito mais tempo a ouvir-se uns aos outros, mandavam calar mas não se ouvia, e tudo aquilo criava uma entropia que não era favorável para ninguém, sobretudo para aquelas pessoas que estariam a ouvir em casa. Naquele caso em concreto não conseguia entender porque é que o Presidente da Junta enquanto deputado fosse ele de qual junta ou qual bancada não tinha o direito de fazer uma interpelação à resposta do Presidente de Câmara que tinha sido 99% sobre a sua intervenção. Se na intervenção dele fugisse à questão e quisesse continuar a intervenção dele para outro lado tinha todo o seu apoio para lhe cortar a palavra, mas ele tinha feito uma interpelação porque queria questionar ou dizer qualquer coisa sobre a resposta do Presidente de Câmara e a mesa vedava-lhe completamente aquela possibilidade à revelia do Regimento que tinham todos que fazer cumprir. Só na ótica do respeito por quem os estava a ouvir e de todos os seus eleitos e também porque tinham sido eles que tinham pedido para incluir naquela reunião, um ponto na ordem de trabalhos que em forma de protesto, e seria a primeira vez que o faziam em dezasseis anos, não abandonavam aquela reunião e apelavam a que houvesse da parte da mesa um melhor bom senso na gestão daquelas questões. -----

----- Interveio o **Sr. Nelson** lembrou que o uso da palavra para esclarecimento estava condicionado à existência de tempo disponível e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia tinha sido amplamente beneficiado no seu tempo, tinha-o mandado parar várias vezes e ele continuou a falar. Em segundo lugar até reconhecendo que seria possível dar-lhe a palavra para pedir o esclarecimento, o Sr. Presidente da mesa da Assembleia já tinha dado a palavra ao André, o que era uma grande falta de respeito o André já estar a falar e haver outra pessoa que o interrompeu. Haveria a possibilidade de seguida ou no tempo de a bancada do PS pedir o tal esclarecimento. Havia um dever de respeito para com a mesa daquela assembleia, o Presidente tinha pedido para o Sr. Francisco

terminar a sua intervenção e ele devia acatar, depois numa segunda intervenção podia pedir o esclarecimento. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** pedindo desculpa, mas não era nada daquilo que estava à espera da parte deles depois da sua intervenção, julgava que as coisas não estavam a ir no bom caminho porque depois de tentar apaziguar as coisas não era com intervenções daquele teor que as iam conseguir apaziguar, e não era ao aludir o Regimento seletivamente e erradamente que iam conseguir levar aquela reunião a bom porto. Era muito melhor acalmarem-se todos um bocadinho e não irem com desculpas esfarrapadas para os tentar silenciar no que quer que fosse, porque dizer que o direito à reclamação estava limitado ao tempo disponível, era o que lhe faltava ouvir aquilo também naquela Assembleia, se quisessem que as coisas corressem minimamente em condições, tinham que ter todos um bocadinho mais de calma. -----

----- Interveio o **Sr. Carlos Veríssimo** questionou qual o acompanhamento que estava a ser feito aos alunos que tinham poucas condições e que, obrigatoriamente, tinham que se deslocar as escolas, o que estava a ser preparado para o regresso as aulas presenciais, se iriam ser realizados testes Covid para toda a comunidade escolar. Questionou relativamente ao edifício da Escola Secundária, quando estava previsto o início das obras de requalificação, se estaria alguma coisa já pensada para melhorar aquele edifício que estava em muito más condições que não ajudava nada a uma aprendizagem adequada. –

----- Interveio o **Sr. André Gomes** que após cumprimentar todos lembrou que na última assembleia tinha questionado o Sr. Presidente da Câmara relativamente a classificação do Município de Mira no inquérito do observatório das autarquias familiarmente responsáveis, onde mais uma vez o concelho de Mira não tinha sido distinguido. O Sr. Presidente confirmou que o Município tinha participado e não tinha sido distinguido, mas que aguardava o relatório de esclarecimento e que mal tivesse aquela informação fazia todo o gosto em lhe fazer chegar. Gostaria assim de informar o Sr. Presidente da Assembleia

Municipal que o prometido esclarecimento não lhe tinha chegado. Solicitava assim que o relatório do esclarecimento fosse disponibilizado a todos os elementos daquela Assembleia Municipal, não só para perceber que medidas o executivo deviam ter tomando para ajudar as famílias Mirenses, como que para conseguir incentivar o executivo para que ao longo daquele ano pudesse implementar as medidas necessárias para que na próxima edição o Município fosse distinguido como uma autarquia familiarmente responsável, como foram as maiorias dos concelhos do distrito de Coimbra. -----

----- Nas últimas Assembleias o sr. Presidente anunciou que estaria a trabalhar com alguns investidores no sentido de os mesmos se instalarem em Mira nomeadamente, na ZI do Montalvo, questionava assim se aqueles processos já teriam algum tipo de desenvolvimento que pudesse ser dado a nota. -----

----- Questionou ainda se o Município tinha já alguma alternativa credível para a área que estava reservada para a instalação da Lusiaves ou se estaria à espera que alguns investidores descobrissem Mira como que por milagre divino. Afirmou ver todos os dias nos órgãos de comunicação social empresas nacionais e multinacionais que escolhem Portugal para criar novos Polos de desenvolvimento e indústria que tradicionalmente utilizam mão de obra qualificada e bem remunerada. Ia entrar no país uma série de apoios e incentivos comunitários que iam certamente impulsionar uma nova onda de investimentos no país, gostaria de saber se o Sr. Presidente tinha tomado diligências no sentido de captar novos investimentos para Mira, se já tinha alguns contactos exploratórios junto da AISEP ou outras entidades públicas ou privadas para promover Mira divulgando as grandes condições que existem para a sua instalação e sobretudo para mostrar que existia da parte daquele executivo vontade política para dar apoio necessário a captação de investimento salvaguardando sempre de que não estavam disponíveis a comprometer a aposta no Turismo. -----

----- Questionou ainda o Sr. Presidente relativamente ao estado crítico que se

encontrava a infraestrutura da Zona Industrial do Polo I. Sabia que existia um projeto de requalificação infraestrutura da ZI mas o estado em que se encontrava a rede viária pública estava a causar imensos constrangimentos e a prejudicar quem tinha escolhido Mira para instalar os seus negócios. -----

----- Inteveio o **Sr. Luís Alcaide** que após cumprimentar todos os presentes colocou algumas questões relacionadas com a sua freguesia a Praia de Mira. --

----- Questionou o que iria acontecer com o mercado da Praia, qual o futuro daquele mercado e qual o tipo de intervenção que estava prevista para o mesmo.

----- Relativamente ao parque de estacionamento do lago do mar e Poço da Cruz, perguntou se os mesmos estariam concretizados no Verão e qual o valor total dos mesmos.-----

----- Relativamente à máquina dos jacintos questionou qual o valor total e solicitou ao Sr. Presidente esclarecimento sobre aquele assunto. -----

----- Inteveio o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que afirmou que em relação ao plano de asfaltamentos que o deputado André Monteiro referiu, iam fazer chegar nos próximos dias. Em relação a casa da Presa, umas comissões de avaliação já tinham constatados que aquela infraestrutura estava em perigo, já tinham notificado a proprietária e o seguro, já tinham reunido com o advogado e se não houvesse uma decisão nas próximas semanas o Município teria que ir fazer obras e imputar aqueles custos ou a seguradora ou à proprietária da casa, mas para isso teria que fazer posse administrativa. -----

----- Respondendo ao Sr. André Gomes e André Monteiro, em relação ao Montalvo não iriam para já nenhuma empresa para lá mas estavam a fazer um estudo do impacto ambiental para aquela zona porque ultrapassava os vinte hectares, tinham financiamento aprovado através da CCDR para a requalificação de toda aquela zona Industrial mas como ultrapassava os vinte hectares teriam que fazer o estudo do impacto ambiental para depois lá fazerem qualquer intervenção. -----

----- Em resposta ao Sr. André Gomes referiu que faziam parte de uma plataforma AEP, uma plataforma de procura de investidores. Referiu que as Zonas Industriais do Polo I e Polo II estavam lotadas e era muito importante criar condições no Montalvo para que aquela zona pudesse receber mais indústrias.

----- O mais importante teriam conseguido, que era, o financiamento para as obras, e tendo o estudo de impacto ambiental podiam avançar para a obra. Tinha pedido no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência à Sra. Ministra da Coesão Territorial nas prioridades de investimento, um nó de acesso à Zona Industrial do Montalvo, que seria primordial para aquela zona. -----

----- No problema que existia entre o Casal e a Lagoa tinham transferido todas aquelas responsabilidades para a ABMG, contudo iria haver uma reunião na semana seguinte, visto que ali era o ponto de encontro entre o saneamento em baixa e o saneamento em alta, e em momentos de alguma pluviosidade havia um problema de encaixe. -----

----- Em relação à barragem do Casal, aquele era um projeto da Universidade do Porto feito pela APA e previa aquelas portas, foi um projeto financiado e feito pelas entidades competentes. -----

----- Em relação à educação, afirmou que o município tinha dado todo o apoio na área da educação, tinham suportado diariamente o transporte de seis alunos para irem às escolas, serviam quarenta e seis refeições para alunos que iam à escola e que precisavam, asseguraram computadores, tablettes e hot spot o agrupamento de Escola solicitou, pensam assim tentarem assegurar todas as necessidades que o Agrupamento de Escolas tinha dado nota. -----

----- No que dizia respeito às obras da Escola Secundária, estavam a terminar o projeto que deveriam levar à reunião de câmara de 9 de março. Era um projeto feito por projetistas externos, para verem se conseguiam ter maturidade suficiente. Havia uma dificuldade acrescida, que não existia no centro de saúde, era que ainda não tinham protocolo com a DGEST, logo não tinham legitimidade para avançar com a obra. -----

----- Em relação ao relatório das “Autarquias Familiarmente Responsáveis” logo que chegasse enviaria o mesmo para que depois pudessem discuti-lo. -----

----- Quanto à questão da Lusiaves, tinham pedido a desafetação daquele espaço para um determinado fim, já tinham reunido com o Sr. Secretário de Estado das Florestas para pedir a desafetação daquele espaço para outro fim que era um passo muito importante a dar, já tinham procurado um investimento na área dos fotovoltaicos mas na altura não lhes tinha sido desafetado aquela área florestal.-----

----- Em relação ao POLO I, as obras estavam a decorrer, tinha lá estado numa reunião de obra e estavam a acabar as infraestruturas, estavam a acabar as tubagens para a rede de Internet, acabar de fazer as ligações dos ramais. O Empreiteiro tinha-se comprometido a colocar algumas camadas de tout-venant, para fazer os passeios em pavê, lancis e posteriormente asfaltar, pensava que em um ou dois meses podia garantir que podiam fazer. A Zona Industrial também financiada por fundos comunitários na altura com o Ministro Pedro Marques que tinha desbloqueado uma verba para a ZI de Mira e Tondela, garantia que a Zona Industrial Polo I ficava uma das zonas industriais mais modernas com pista clicável, com terminais para fibra e com tudo renovado. O saneamento e as águas pluviais que existiam há trinta e sete anos naquela ZI que nunca tinham funcionado e teriam agora que o fazer. -----

----- Em resposta ao Sr. Luís Alcaide disse que a obra do Lago do Mar e do Poço da Cruz já estava a andar em bom ritmo, eram cerca de 900 mil euros de investimento financiados em 75% pelo Centro 2020. -----

----- Em relação à máquina da barrinha e dos jacintos era um projeto em conjunto com a CIM Região de Coimbra com o Município de Cantanhede, Soure, Figueira da Foz e Montemor. Tinha sido adquirida aquela máquina em conjunto, ia ser aprovado na CIM o regulamento de utilização conjunto por todos os Municípios, era mais um projeto intermunicipal. -----

----- Interveio o **Sr. Hugo Gomes** que cumprimentos todos e questionou o Sr.

Presidente se o mesmo equacionava no seu último ano de mandato lançar o Orçamento Participativo Jovem, dando assim um sinal importante à juventude daquele Concelho ou se por outro lado, ia fazer o segundo mandato sem implementar aquela medida que a seu ver era muito importante para dar voz à juventude. -----

----- Interveio o **Sr. Pedro Nunes**, questionou o sr. Presidente sobre a Videira Norte, uma questão já de há muitos anos, queria saber o ponto de situação, se já tinha decorrido o período de candidaturas e se já havia finalmente condições para a entrega daqueles lotes. -----

----- Questionou acerca do acesso à Praia Poço da Cruz, pois tinha visto lá umas máquinas e pensava que iria ser objeto de requalificação, saber se seria isso verdade e qual seria o custo daquela intervenção. -----

----- Relativamente ao trânsito da estrada principal da Barra, referiu que felizmente já tinham de lá saído os camiões, mas gostaria de saber quando avançava a colocação das lombas e as pinturas da via que atravessava a Barra.

----- Interveio a **Sr^a Zélia Moraes**, cumprimentou todos os presentes, disse que na estrada na rua de Matos de Baixo estava numa situação muito degradante devido à abertura de umas brechas, em que os habitantes tinham muitas dificuldades em passar, precisava assim de ser intervencionada. Relembrou ao Sr. Presidente da Câmara sobre o Bairro de Carromeu, fizeram a estrada da frente, mas os arruamentos para trás continuavam sem alcatrão, em dias de chuva aqueles habitantes viviam em muito más condições. -----

----- Interveio o **Sr. Pedro Laranjeiro** questionou sobre o ponto de situação do Estádio Municipal e do Atrium Mira, o antigo mercado. Falando num período pós pandemia, questionava se tinham pensado em algum tipo de eventos até ao final do ano, sabia que o Município tinha concorrido a candidaturas no âmbito da cultura, existiam novidades a esse respeito. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, em relação à intervenção do Sr. Hugo Gomes afirmou que concordavam com aquela ideia e até era um bom momento

para falar sobre aquilo, era uma boa oportunidade para propor ao Conselho Municipal da Juventude aquele orçamento Jovem participativo, era necessário fazer aquele regulamento, era preciso estabelecer as regras, devia partir daquele órgão visto que já estava em funcionamento e que ia ter a sua primeira reunião dia 12 ou dia 9 de março, ele próprio presidiria aquele órgão.-----

----- Em relação aos lotes da Videira já tinham levado a Reunião de Câmara uma última deliberação preparando já a entrega dos mesmos. -----

----- Em relação à ponte do Poço da Cruz, estava toda ela a ser reforçada eram cerca de 20 mil euros aquela intervenção. A Estrada da Barra, as obras de pinturas das passadeiras de criação de lombas também estava para breve. -----

----- Em relação à rua dos Matos de Baixo tinha indicação de que iria ser arranjada e em relação ao Bairro de Carromeu também iam ser reparadas. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Pedro Laranjeiro, disse que as obras do Estádio Municipal estavam a decorrer, não faltaria tudo para se colocar a cobertura as bancadas e o material dentro dos balneários. No antigo Mercado era o mesmo, já estava fechada a obra, já tinha a caixilharia e o pladur, também estaria para breve a sua conclusão. -----

----- Em relação aos eventos, tinha sido notificado naquele mesmo dia de mais uma candidatura aprovada, a Cultura em Rede, tinham naquele momento três candidaturas aprovadas da Cultura em Rede, naquele dia tinha sido a de Mira, Góis e Mealhada, alusivo ao carnaval e aos caretos, também tinham a de Mira, Cantanhede e Figueira da Foz e também tinham a de Mira, Vagos e Tábua também aprovadas. Era muito importante para dinamizar a sua cultura, os agentes culturais e as associações, era uma candidatura de 300 mil euros cada uma, eram 100 mil euros para o Município de Mira, era uma forma de ajudar a cultura. -----

----- Interveio o **Sr. Carlos Nora** que cumprimentou todos os intervenientes. Começou por enaltecer uma situação resolvida finalmente pela Câmara que era o sentido único na Rua das Quartas no Areal, congratulava-se com isso pensava

que a segurança naquela zona estaria mais bem estabelecida. Como toda a gente sabia a Câmara tinha contraído um empréstimo de cerca de 2.5 milhões de euros para alcatroamento o mais possível as estradas e já se via alcatroamento pelas diversas zonas do Concelho, mas também queria lembrar que a naquela situação de Covid, muitas famílias estavam a passar por muitas situações complicadas assim como algumas empresas, a Câmara não se devia esquecer e se calhar fazer também um empréstimo para apoiar as famílias mais carenciadas e as empresas. -----

----- Interveio o **Sr. Inocêncio** que cumprimentou todos e questionou como estava a decorrer na generalidade e de que forma a CMM tinha dado suporte a todo o processo de vacinação que tinha estado a decorrer nas várias instituições de apoio social e da população em geral. -----

----- Numa segunda questão referente à atribuição de uma unidade Móvel de Saúde ao Município, que representava uma mais valia na acessibilidade de toda a população aos cuidados de saúde, questionava se aquele projeto era totalmente suportado pela CIM ou a CMM também tinha alguma participação naquele processo. De que forma é que iria ser rentabilizado aquele tipo de equipamento. Em que ponto estava o plano de intervenção do Centro de Saúde, se estavam reunidas todas as condições para avançar. -----

----- Interveio a **Sra. Regina** questionou de como estavam a decorrer as obras no Canil Municipal, para quando a sua conclusão. Aquele Canil seria só dirigido para cães ou também para gatos e qual a capacidade em número de animais, se estariam contempladas as condições de bem-estar animal como sendo espaço de recreio ao ar livre ou se os animais iam ficar enjaulados. Gostaria também de saber se estavam contemplados os programas de estabilização e desparasitação e vacinação dos animais e se esses programas abrangiam também a adoção do animal. Gostava de saber se estava programada alguma ação para a promoção da adoção dos animais para evitar ao máximo que estivessem muito tempo no canil. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que em relação à intervenção do Sr. Carlos Nora, referiu que finalmente estava resolvido, e louvou a insistência daquele deputado, que tinha sempre feito aquele pedido. -----

----- Em relação às medidas do Covid estavam a preparar uma série de medidas de apoio às famílias e às empresas. Referiu que tinham sempre apoiado pois no dia anterior tinham ido à reunião de Câmara pedidos de apoio a famílias carenciadas, bem como a distribuição de alimentos que era feita semanalmente. Quanto às empresas no ano passado tinham isentado as empresas de algumas licenças tal como as esplanadas e ocupação de espaço público, era uma forma de poderem ajudar. Em relação ao empréstimo, não eram 2.5 milhões, mas sim 1.800 mil euros e a empreitada para pavimentações já tinha sido feita em 2019, alguma obra estava a ser feita agora, mas já tinha sido prevista. -----

----- Em relação à Unidade Móvel de Saúde a participação do Município de Mira era de 7 ou 8 mil euros, foram compradas 17 para os municípios da CIM comparticipadas em 85%. A viatura foi entregue ao Município que ia fazer um protocolo com o Centro de Saúde para uso da mesma. -----

----- Quanto ao Centro de Saúde, iam nos próximos dias abrir o concurso público do projeto já aprovado, o concurso público com a nota de que só seria adjudicado se houvesse financiamento, para assim terem maior maturidade possível para irem buscar o financiamento. -----

----- Anunciou que tinham que marcar uma Assembleia Municipal extraordinária porque não estava prevista no orçamento aquela rubrica nem estava prevista a programação plurianual daquele investimento. -----

----- Em relação ao CRO, as obras estavam a decorrer normalmente, ainda só estava um edifício feito, faltavam os outros. Tinha um protocolo e uma relação estreita com a Associação Abrigo do Carinho que assegurava a opção, tinha um plano de esterilização que iam continuar, iam dar condições, iam ter um gabinete veterinário lá. Como sabiam tinha sido uma imposição legal para os Municípios fazerem aquelas infraestruturas e tiveram que se adaptar e fazer o

investimento. -----

----- Interveio o **Sra. Vereadora Madalena** que explicou que a vacinação tinha iniciado na semana anterior no Pavilhão Municipal de Mira. Queriam vacinar a maior quantidade de pessoas e ali tinham o espaço suficiente para mantê-las em vigilância nos 30 minutos recomendados pós vacinação. Estavam com o apoio dos funcionários da Câmara nos questionários da entrada, no trânsito do utente até ao posto de vacinação e depois na vigilância e higienização do espaço. Na semana anterior tinham vacinado 150 idosos com vacinas da Pfizer naquela semana tinham recebido 210 doses tinham vacinados até ao final daquele dia 132 idosos. A vacinação tinha começado a partir dos 102 anos e estavam na ordem dos 88/89 anos de idade. Estavam à espera de receber mais vacinas na semana seguinte para poderem convocar os restantes utentes com 80 anos ou mais. -----

----- Iam no dia seguinte buscar as vacinas da AstraZeneca para os utentes 50 e os 65 anos, que iam ser administrados na semana seguinte. -----

----- O **Sr. Presidente da Assembleia** anunciou que o Partido Socialista ainda tinha sete minutos para intervenção e questionou se alguém queria fazer inscrição. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** dizendo que após a intervenção da Dra. Madalena ficou com algumas dúvidas. A Dra. Madalena tinha dito que a vacinação tinha começado, somente na semana anterior ou não tinha percebido bem. -----

----- Interveio a **Dra. Madalena** informou que na semana anterior tinha começado a vacinação no pavilhão, mas já tinha começado antes o plano de vacinação nas IPSS'S. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que questionou qual a quantidade de vacinação da primeira e segunda dose no concelho de Mira, quem é que tinha sido vacinado, naquela fase mas numa outra fase não sabia muito bem quem

tinha sido vacinado e enquanto elemento da Comissão Municipal de Proteção Civil já deveria ter alguma informação sobre o assunto. -----

----- Referiu que ainda tinha duas questões relacionada com a Junta de Freguesia da Praia, uma relacionada com os alcatroamentos e as estradas, pois na Praia de Mira havia muitas estradas esburacadas a precisar de reparações urgentes. -----

----- Relativamente ao acordo que existia entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, existia uma verba referente às escolas e que do ano anterior havia um valor/verba de 2777.40€ que estaria por pagar, devia ter sido validada, o que é certo é que pelo tempo de não obtenção de resposta ela já estava validada automaticamente por isso queria saber quando seria feita a transferência.-----

----- Perguntou ao Sr. Presidente de Câmara que na última Assembleia tinha trazido aquele assunto das verbas das despesas correntes que afirmou que ia transferir no ano de 2019 e 2020 as verbas fixas que eram os tais 15mil euros a dividir 25% para cada Freguesia e queria saber quando e quanto ia transferir. --

----- Relativamente ao assunto do Matadouro que tinha iniciado as obras e que tinham cortado um terreno particular que carecia certamente de indemnização, gostava de saber em que ponto estava e porque não tinham tratado daquele assunto antes de iniciar as obras. O mesmo tinha acontecido na estrada que ia do Areal para a Lentisqueira e Ramalheiro onde terrenos particulares tinham sido cortados sem autorização dos donos e queria saber se as indemnizações já tinham sido pagas, os valores, ou se expropriações que não sabia se havia expropriação depois de já o terem feito. -----

----- Relativamente ao projeto da Lentisqueira em que ponto estava, quanto custava porque era um projeto inicial que não viram aprovado, poderia estar e ser lapso dele não ter acesso ao mesmo, mas não tinha visto em lado nenhum as verbas ou a adjudicação a nenhuma empresa, gostava de saber quanto custava e a quem tinha sido adjudicado em Reunião de Câmara. Onde estava no Orçamento Municipal, uma vez que já não era para fazer o mesmo projeto

questionava se a empreitada era a mesma se os valores eram os mesmos se a adjudicação e o contrato era o mesmo. -----

----- Em relação às ZI, independentemente de as intervenções estarem em curso disse que podia haver um bocadinho mais de zelo. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que explicou que antes de passar a palavra Dra. Madalena para falar sobre vacinas, explicava que ao contrário do Sr. Presidente não tinha conhecimento nenhum sobre as vacinas, havia uma TASK FORCE a nível nacional que definia as prioridades de quem devia ser vacinado e que por acaso sabia dos bombeiros porque tinham sido os próprios que o tinham informado como tinham sido as vacinações. Achava que já existia no país confusão suficiente para se estar a meter no plano de vacinações, quem definia aquelas prioridades eram pessoas entendidas na matéria. -----

----- Quanto à rotunda do matadouro estava tudo resolvido, tinha havido um pequeno problema aquando da implantação da obra, mas já estava tudo resolvido com as pessoas. Em relação aos terrenos do Areal estavam a recolher toda a documentação e a falar com os proprietários para resolver o problema. --

----- Em relação ao projeto da Lentisqueira, estava numa empreitada geral em que tinha lá a requalificação do largo da Lentisqueira. -----

----- Interveio a **Drª Madalena** que pediu desculpa por só se ter referido à população que se deslocava. As Instituições nomeadamente as IPSS'S, Lar de Idosos e CERCI Mira tinham iniciado as vacinações no dia 21 e 22 de janeiro e já tinham as segundas doses feitas em fevereiro. A GNR tinha sido vacinada com a AstraZeneca nos dias 17 e 20, os bombeiros levaram as primeiras doses em Cantanhede e iam ser vacinados as segundas doses em Mira. Só daí a 12 semanas é que a GNR iria ter o reforço da AstraZeneca. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que disse que o Sr. Presidente da Câmara se teria esquecido de falar nas verbas que iriam ser pagas à junta de Freguesia relativamente à parte variável de 2019 e 2020 e 2021, assim como a verba da escola, que ainda estava pendente. -----

----- Relativamente ao projeto da Lentisqueira a questão da empreitada, questionava onde estava a empreitada e quem era a empresa que estava a fazer a empreitada e de que forma tinha sido feito o procedimento. Relativamente ao Matadouro e Areal, que verbas é que estavam a ser pagas e de que forma, disse que já tinham feito o entendimento com a população, mas tinham o direito a ter acesso como e quem tinha feito aquele entendimento e o que estava em causa.

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que em relação às verbas das despesas correntes nas próximas Assembleias iam discutir aquele assunto e veriam como iam resolver aquele assunto. Em relação à despesa das Escolas tinha sido efetuado naquele dia. Em relação à questão da rotunda do Matadouro foi feito um pequeno acerto, foram 10m, a pessoa aceitou fazer um muro num bocado de terreno em contrapartida pelos 10m. Foi tratado com a advogada da proprietária e assinado um documento escrito. Em relação à Lentisqueira aquela obra estava integrada no concurso público de pavimentação e outras obras complementares de 2019. Estavam a decorrer várias obras, por exemplo os passeios da Corujeira e dos Leitões e outros processos de asfaltamento estavam naquela empreitada que foi aprovado em Reunião de Câmara em 2019. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):** -----

----- **Ponto um: Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e Membros da Assembleia** -----

----- Interveio o Sr. Presidente que disse que era um relatório normal, não sabia se havia algum esclarecimento por parte dos membros da assembleia. -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** que pediu alguns esclarecimentos na página 25 relativamente a alguns contratos de aquisição de equipamentos para controlo, contenção e erradicação dos jacintos de água, seria, supostamente uma compra

partilhada com a CIM, questionava o Sr. Presidente que contrato era aquele e que equipamentos tinha. Na página 25 e 26 tinha dúvidas com contratos que não eram claros, como o de aquisição de materiais com serviços e impressão no valor de 25 mil euros com a Alvospot, parecia muita coisa não sabia que material estava a ser imprimido. Mais abaixo outro material da empreitada de arranjos urbanísticos das Varandas de S. Bento celebrado com Pascoal e Veneza LDA no valor de 91 mil euros, referiu que não fazia a mínima ideia do que era e achava um pouco exagerado aquele valor para arranjos urbanísticos. Tinha ainda na página 40 e 43 um aumento de 13 milhões de euros em relação à despesa e depois um decréscimo muito grande em relação às receitas do município que eram abaixo do que ele estava estimado como tinha avisado no debate do orçamento. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que referiu que relativamente ao relatório disse que tinha chamado a atenção para alguns erros de alguns quadros, numa leitura rápida durante aquela reunião não tinha encontrado erros nenhuns, louvava o cuidado que aparentemente estavam a ter na feitura do mesmo. Relativamente à análise do relatório do ponto de vista contabilístico passado um mês não havia nada a dizer, mas queria deixar duas notas. Uma delas o Sr. Presidente já tinha falado nela no período antes da ordem do dia relativamente à Videira Norte e como no relatório tinha visto uma alteração ao plano de pormenor, ficou admirado com a resposta do Sr. Presidente no período de antes da ordem do dia porque no Verão tinha havido uma reunião da comissão de análises das candidaturas em que havia dois ou três pontos para acertar, não conhecia ata ou o resultado daquela reunião, imaginava que já deveriam ter sido ultrapassadas as questões que havia mas deveria ter sido dado conhecimento da ata final daquela reunião aos intervenientes. Concordava com o que tinha sido combinado na reunião e deixava um voto de louvor por ver aquela urbanização a arrancar e questionava para quando o lançamento da segunda

fase de candidatura que uma vez que depois de se começar a ver aquilo a funcionar acreditava que iriam existir mais candidatos para os restantes lotes. -

----- Uma última nota sobre o site da autarquia dizia que o site da autarquia tinha muita informação, mas era de difícil consulta e era preciso muita paciência para consultar fosse o que fosse no site, pois era demasiadamente pesado e não era funcional para consultar fosse o que fosse. Já tinha chamado a atenção numa Assembleia Municipal e na reunião das associações e continuava a não entender porque é que os subsídios atribuídos não estavam disponíveis no site da Câmara na parte do associativismo, estavam todos os apoios até 2015 e de 2016 para cá estava o PDF, mas nenhum dava para abrir e outros nem sequer lá estava, e fazia falta às vezes na preparação de algumas questões e aquela informação devia estar disponível para o público em geral. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que o contrato da aquisição de um barco era um contrato do fundo ambiental de uma candidatura que tinham feito, era mais um barco por causa dos jacintos 100% financiado pelo fundo ambiental. Quanto a Alvospot deveria ser impressão normal, mas tinha que ir ver o contrato. Em relação ao Corticeiro e às Varandas de S. Bento o Sr. Presidente da Junta dos Carapelhos devia achar pouco, o Sr. achava que era muito para uma intervenção, mas estavam a falar de uma intervenção de fundo de remodelação urbanística e paisagística de toda aquela zona. -----

Em relação à Videira Norte tiveram alguns problemas em operacionalizar e recolher alguma informação no sentido do que tinha sido deliberado pela comissão, só depois de recolhida alguma informação é que conseguiram concretizar o que tinha sido deliberado. Agora estavam em condições de voltar a reunir, obviamente que a comissão é que teria a última palavra e a comissão é que voltava a reunir depois de recolha de todas as informações. -----

----- Comunicaram-lhe que o Site tinha estado com problemas e que estavam a tentar resolver. -----

----- Iria tentar ver porque é que a os valores das associações não estavam lá pois era informação pública que tinha ido e tinha sido aprovado na Reunião de Câmara, não havia, portanto, nada a esconder. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento. -----

----- **PONTO DOIS: Prestação de informação respeitante à atividade da empresa intermunicipal “ABMG, EIM, S.A.” – Tomada de conhecimento.** -----

----- **O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara e Membros da Assembleia** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, afirmou que na sua primeira intervenção e na intervenção do público já tinha falado sobre alguns temas, tendo sido feito aquele agendamento em conferência de líderes estava disponível para responder a todas as questões que lhe fossem colocadas. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** referindo que na última Reunião de Assembleia tinham tentado colocar aquele ponto porque havia um email de um grupo de munícipes a pedir esclarecimentos. Naquele momento a bancada do Partido Socialista queria a introdução de um ponto para falar sobre a questão da contratação dos recursos humanos na ABMG. Na conferência de líderes que tinha havido ficou combinado com o Sr. Secretário da Mesa se era da iniciativa da Câmara a introdução de um ponto da ABMG ou se teriam que fazer a proposta por escrito. O Sr. Nelson telefonou a comunicar que a Câmara ia introduzir um ponto com aquele assunto. Outra situação ainda relativamente a ABMG e na resposta da mesa quer do Sr. Presidente quer do Secretário à intervenção do cidadão, sem querer tecer qualquer comentário quanto ao teor das suas respostas havia uma imprecisão que era importante corrigir porque quando se dizia que o cidadão podia solicitar a introdução de um ponto que a petição podia ter sido feita nos termos não regimentais estava muito certo , mas esqueciam-se de um ponto fundamental e não era por acaso, esqueciam-se dele aproximadamente porque sabiam da sua fragilidade no tema. Tinha sido vedado

uma vez mais o direito que o Regimento lhes permitia, que era solicitar na Assembleia a introdução de um ponto na ordem de trabalhos e tinham feito ouvidos de mercador à sua intenção, não tinham deixado colocar a votação aquele ponto e por isso violaram uma vez mais o regimento. Que ficasse bem claro que o Regimento permitia a um deputado solicitar a introdução de um ponto a votação que se tivesse a maioria qualificada e se tivesse um voto positivo era introduzido na ordem de trabalhos. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que afirmou, no seguimento da intervenção do colega de bancada e pegando nas palavras dos elementos da mesa e do Sr. Presidente de Câmara no início daquela Assembleia Municipal ele enquanto membro do Partido Socialista não podia de deixar de repudiar as atitudes que tinham sido tomadas. Achava lamentável o Sr Presidente de Câmara ter utilizado o nome do Partido Socialista e o nome de diversos elementos do Partido Socialista, militantes, dirigentes nacionais, distritais e concelhios que não estavam presentes naquela reunião inclusive o Engenheiro Pedro Coimbra, que não sabia muito bem porque e em que contexto, achava mal estarem a utilizar o nome de pessoas que não estavam presentes e não se podiam defender naquela mesma assembleia. Em relação aos elementos da mesa Municipal convidava a ler o regimento da Assembleia Municipal porque demonstravam clara incompetência a desempenhar as suas funções, não conseguiam interpretar nem fazer cumprir minimamente o Regimento, por duas assembleias seguidas estavam muito fortes a tomar conta do botão de ligar e desligar câmaras e micros dos deputados municipais, mas não conseguiam cumprir as regras do Regimento. Não estava a invocar nada que não fosse correto. Na última Assembleia queria fazer uma proposta à mesa conforme estava expresso no Regimento e a mesa não permitiu sequer o uso da palavra, só tinham que ouvir a sua proposta e votá-la, se a quisessem chumbar, chumbavam. Vedaram também, a possibilidade de alguns cidadãos que se tinham inscrito, usar da palavra. O parecer da CCDR que tinham ido pedir

comprovava isso mesmo, que os cidadãos tinham o direito de usar da palavra no tempo dos cidadãos. Naquela mesma Assembleia tinham-lhe voltado a desligar o micro numa altura em que não tinham que o fazer, só tinham que cumprir o regimento, que era deixar colocar a sua questão. Relativamente à questão do direito da petição que nada tinha a ver com eles, queria só que lessem bem o Regimento Municipal e o que dizia o direito de petição. Ele enquanto deputado e os seus colegas não sabiam quais as razões pelas quais a mesa as ignorou. Tinham que fazer o relatório explicá-lo e lavá-lo e pedir as correções necessárias caso fosse deferida a petição. Pedia que tivessem respeito por todos os eleitos e por ele que já o tinham tentado silenciar várias vezes. Estavam em democracia onde existiam regras democráticas. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** que enquanto elemento daquela mesa queria defender a honra da mesma depois de ouvir os senhores deputados do Partido Socialista falarem ali de incompetência por parte da mesa.

----- Lembrou que tinha dito numa das últimas Assembleias que o tempo era para se cumprir, visto que o mesmo era ultrapassado em muito pelo Partido Socialista. Ainda naquele dia o Sr. Francisco Reigota tinha ultrapassado largamente o seu tempo, se o mesmo dizia que não conhecia o Regimento, o próprio ler-lhe-ia o Regimento de uma ponta a outra e se veria acerca do tempo de cada intervenção. O Sr. era deputado eleito da Assembleia e tinha tido todo o tempo para falar no tempo do Partido Socialista e ninguém lhe tinha tirado a palavra, não podia era dizer que aquela mesa era incompetente. Referiu o pedido feito à mesa relativamente ao pedido a interrupção da Assembleia durante cinco minutos e o mesmo foi dado. Já tinha passado por aquela casa como Presidente da Câmara e sabia como funcionava nunca tinha colocado em causa a honorabilidade do Partido Solicita, quem o conhecia sabia que sempre tinha sido uma pessoa correta, quando do outro lado eram pessoas corretas, quando do outro lado tentam colocar na boca dos elementos da mesa que eram incompetentes não o podia admitir, nem sequer era seu filho para dar uns açoites

em termos figurativos. O Senhor estava eleito naquela Assembleia, mas não podia ouvir as respostas que não queria. A partir daquele momento não ia permitir ao Sr. Presidente da Junta ou a qualquer elemento do Partido Socialista que chamassem incompetente ao Presidente da Assembleia, ao Presidente da Câmara Municipal ou àquela Mesa. Aludiu para o facto de que as minorias não podiam fazer o que queriam. -----

----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que referiu que em relação à intervenção do Cidadão Fernando Pereira tinha que se fazer um enquadramento e ver como é que ele aprecia ali. Ele não estava se defender, mas presidente também não estava na Assembleia Municipal de Soure para se defender quando ele falou o seu nome. Falava no sr. Fernando Pereira porque toda a gente sabia das ligações daquele movimento, sabia das reuniões do Sr. Fernando Pereira com o Sr. João Gouveia, sabia da participação do sr. Presidente da Junta da Praia em reuniões daquele movimento, haviam fotografias disso. Havia uma estratégia concertada contra a ABMG com uma determinada facção do Partido Socialista em que o tentavam difamar e injuriar e usou os nomes daquelas pessoas assim como o seu nome também já tinha sido usado. Era só para fazer aquele enquadramento para as pessoas que estavam a ver lá em casa percebessem o porquê daquele senhor estar interessado nos assuntos de Mira, sobre os problemas da ABMG e sobre a sua agenda política. -----

----Interveio o **Sr. Nelson Maltez** que começou a pedir desculpa pela sua intervenção extemporânea. Contou que quando assumiu o pelouro da água e saneamento, não tinha feito alarido social a pedido do sr. Presidente da Câmara, mas o que tinha visto na estação elevatória da Lagoa era nauseante. No sítio onde estava agora um arejador uma espécie de arejador que tinha um salgueiro bem vivo e grande que toda a gente via da estrada, as bombas estavam cheias de ferrugem e desmontadas e a maior parte delas nem sequer reagiam, mantiveram a calma e tentaram resolver os problemas. Naquela questão da ABMG sair depressa do Município não tinha começado por ali, devia ser

problema do Mondego, tinha começado em Penacova desceu por ali abaixo e contaminou a Gândara também. Estava um caldinho armado em Penacova em ninguém daquele movimento dizia qual era a alternativa à ABMG. Nenhum Município tinha um quadro de Recursos Humanos capaz para tratar o problema das águas como devia ser, para dotar o Município de um quadro técnico exclusivo para as águas era extremamente oneroso para o concelho, daí se procuraram alternativas para resolver aquele problema, estudaram-se mil e uma hipóteses até que chegaram à conclusão que para concorrer a fundos comunitários tinham que se associar e foi o que fizeram. Para não fazerem o que fizeram quando aderiram à Simria que ficaram sem nenhum controlo sobre ela, e naquele momento tinham o que tinham e estavam amarrados sem se poderem mexer, decidiu-se criar uma estrutura que os senhores Presidentes da Câmara pudessem controlar, daí a ABMG adquiriu a forma que adquiriu. A ABMG estava no terreno há um ano e deviam ter consciência que face ao problema que ali estava era um menino que estava a gatinhar e tinha que caminhar ainda muito e crescer para recuperar um atraso de trinta e tal anos. Achou graça com o senhor que estava preocupado com os 50% que o Município de Mira estava a suportar com as tarifas das águas, ele viesse ver quanto é que o Município de Mira estava a gastar por não ter capacidade de gerir o seu sistema de águas e ter água de qualidade. Ainda tinham muita coisa para fazer, mas já tinham começado, a qualidade de água já era outra. Nunca quiseram criar alarme social e por isso nunca tinham falado, mas estiveram em risco até de não ter água para fornecer à população, a qualidade era o que era, hoje estavam dotados de equipamentos melhores e pasme-se serviam-se da boa vontade e do conhecimento empírico que funcionários Municipais tinham. Não tinham instrumentos, não tinham controlo de qualidade de nada a não ser o que era feito por laboratórios todos os meses. Se precisassem de uma intervenção não tinham um técnico. A ABMG não ia solucionar num curto espaço de tempo aquela situação, mas naquele ano tinha dado passos muito significativos, muito gigantescos, começou a andar

coisa que não fizeram durante demasiado tempo com o risco de um momento para o outro entrarem em rotura de fornecimento de água aos seus cidadãos. Preocupou-se de acompanhar as coisas no terreno e ironicamente foi chamado de engenheiro, não era engenheiro, mas ouviu muitos engenheiros que não se conheciam uns aos outros e todos comentavam o mesmo, a ABMG não lhes servia, então qual seria a melhor alternativa. -----

----- Interveio o **Sr Paulo Grego** afirmando que ainda bem que a sua bancada tinha pedido um ponto específico para tratar das contratações porque estava a ver que o executivo estava bem preparado para distrair atenções pois não tinha percebido nada do que tinha sido dito na intervenção do Sr. Vice Presidente, não se encaixava no ponto que se estava a discutir e se tinha sido uma boa manobra de distração, acreditava que tinha sido porque tinha algumas coisas para dizer na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia Municipal perdera o sentido. -----

----- Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apesar de na sua intervenção estar a fazer um esforço notório para num tom calmo, ponderado não deixou de ser gravíssimo aquilo que disse e que quis repetidamente dizer até num tom de ameaça usando fez aquela comparação seu colega Francisco Reigota. Gostava que ficasse bem claro que na sua intervenção não tinha usado vez nenhuma a palavra incompetência, mas ia usá-la naquele momento porque a sua competência em fugir aos temas e não queriam mostrar a sua incompetência na análise do Regulamento. Dizia pela primeira vez porque tinha sido muito habilidoso ao fugir ao tema que ele tinha lançado sobre o não cumprimento do Regimento, para ir atirar com o conhecimento do Regimento sobre o passar do tempo. Quando não conseguiam contrariar um facto davam a volta até chegar à razão e havia uma coisa que ninguém lhe tirava, Sr. Presidente, que era o último a falar e podia dizer aquele tipo de coisas que tinha registado, “as minorias não podiam fazer o que queriam” ele questionava se as maiorais podiam. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que lamentava tudo o que se tinha ali passado e registava as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal tal como as palavras do Sr. Presidente da Câmara relativamente a participar fosse no que fosse enquanto cidadão livre tinha claramente aquele direito, até dava fotografias da sua participação em várias ações de cidadania ao longo da sua vida. As suas posições eram posições pessoais e dizia-lho na sua cara cada vez que lhe apetecesse porque tinha respeito e educação para o fazer. Não o iria fazer de forma descabida, iria fazê-lo sempre de forma fundamentada, tal como as situações que eram faladas sobre a ABMG ou outro assunto qualquer na defesa do Concelho de Mira. Não precisava de nenhum porta voz para falar por ele em momento algum, fosse de forma camuflada ou de forma direta, falava cara na cara porque estava à vontade para o fazer. -----

----- Interveio o **Sr. Gabriel Pinho**, disse que já lá andava há alguns anitos e já tinha apanhado de tudo, já tinha apanhado Assembleias em que não o deixavam falar e tinha a dizer uma coisa, na próxima Assembleia se o Francisco quisesse, porque o tempo de antena era todo dele, também lhe dava o seu tempo que tinha disponível. Tinha uma amiga na oposição de uma Junta que nunca votava contra, mas abstinha-se sempre, dizia-lhe que era uma obra para a sua terra e ele dizia que tinha que dizer sempre mal, porque para falar mal ele tinha tempo de antena e pelo menos era visto, se calhar aquele senhor que falou no vídeo era igual. Eles podiam até estar todos contentes com a ABMG, mas como eram do contra tinham que dizer mal porque o dizer mal convinha-lhe. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que não era pelo senhor presidente da Junta da Praia ter falado num tom enervado que demonstre que lhe tenha faltado ao respeito, não lhe tinha faltado ao respeito, tinha dado a sua opinião tinha dito o que tinha acontecido, não tinha dito nenhuma mentira, disse a verdade, o que o enervou tanto porque falou calmamente, não lhe faltou ao respeito, disse os factos que foram verdade, disse que também usarem o seu nome não estando ele presente para se defender, havia ali algo que desconhecia

que o tinha enervado tanto , mas achava que não tinha faltado ao respeito a ninguém.-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que retirou a máscara para os elementos da bancada do partido socialista verem que a sua cara era sempre a mesma e que não estava enervado e que na realidade aquilo que eles iam tentar fazer a seguir era chicana política, tinham todo o direito, não tinham era o direito de chamar mais uma vez incompetência. Tinham o dom de colocar na boca dos outros aquilo que os outros não diziam. Quando se referia à minoria ele tinha dito que minorias não podiam fazer o que queriam porque havia as maiorias e a maioria ganhava sempre. Ele podia dizer o que quisesse não podia era fazer o que quisesse. Podia ter a sua opinião como qualquer elemento da bancada e da assembleia municipal podia ter a sua opinião, não podia era colocar na boca dos outros ou fazer chicana dizendo que não conheciam o Regimento, porque eles eram os supprassumos, só eles é que conheciam o regimento quando lhes interessava porque na realidade aquilo que tinha feito ao longo daquele período em que liderava a Assembleia Municipal era tentar que eles falassem. Eles já se tinham apercebido que o comportamento a determinada altura foi diferente, e questionava porquê se o Sr. Presidente da Câmara respondia sempre embora não fosse obrigado a fazê-lo e alguns elementos da bancada do Partido Socialista tentavam ficar sempre com a resposta final, terminava. A partir daquele dia o Regimento era cumprido. Naquele dia o Sr. Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Praia tinha ultrapassado o tempo e foi avisado várias vezes e não cumpriu o que lhe disseram, por isso existia uma mesa eleita, existia um partido eleito maioritário, não podiam fazer tudo o que queriam. Não eram o executivo, estavam ali de alguma maneira se houvesse alguma ilegalidade ele não queria ser incomodado na justiça de ir atrás de uma situação ilegal e o senhor também não queria. Não tinha idade para aquele senhor o chamar de incompetente, nem o permitia que o dissesse em público e numa reunião pública que tinha incompetência, porque a incompetência verificava-se realmente

naquilo que faziam na vida e ele na sua vida quer profissional quer em termos políticos sempre tinha sido reto. E queria continuar a ser reto do principio ao fim, incompetente o Senhor não lhe chamaria mais.-----

----- Interveio o **Sr. Pedro Nunes** dizendo que já lá andava desde 1989 e dirigia-se ao representante da bancada Socialista para que pusesse alguma ordem nomeadamente em um ou dois elementos concretamente ao Sr. Presidente de Junta da Praia porque era perito em colocar questões apenas para consumir tempo, ultrapassava quase sempre o tempo que lhe era destinado e tinha pena que o Sr. Presidente de Junta da Praia não tivesse assistido há alguns anos atrás quando o Partido Socialista foi executivo como decorriam as assembleias municipais. Quando eram oposição PSD tinham sido muitas vezes tratados abaixo de cão. -----

----- O **Sr Paulo Grego** pediu a palavra, o Sr. Presidente da Assembleia informou que o Partido Socialista não tinha tempo para intervir-----

----Interveio o **Sr. Paulo Grego** dizendo que Sr. Presidente já lhe tinha dado a resposta que ele queria ao dizer que a partir daquele dia o Regimento ia ser cumprido, o que provava que até aquele momento não tinha sido cumprido. -----

----Interveio o **Sr. Presidente da Mesa** afirmando que a intervenção do Sr. Paulo Grego só lhe estava dar razão porque o que queria era ficar por cima em dar a resposta. A mesa estava ali exatamente para não o deixar fazer, a mesa eram eles, o Presidente da Câmara era o Presidente da Câmara que dava as respostas e ele podia não ficar contente, mas tinha que aceitar as respostas que lhe davam. O Sr. Presidente da Câmara até se podia recusar em lhe responder e não estava a ir contra o Regimento. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que invocava a defesa da Honra. Foi invocado o seu nome tanto pelo Sr. Presidente da Câmara, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e pelo líder da bancada em três situações distintas e em três situações que iam colocar a sua pessoa como se estivesse a criar problemas inexistentes naquela Assembleia Municipal e noutras que não

tivessem escrito e justificados no mesmo regime. Leu o artigo 53º. Relativamente ao líder da bancada do PSD disse ter dúvidas que sobre um assunto da ABMG o Sr. pudesse intervir uma vez que tinha familiares diretos a trabalhar na ABMG e pensava que não havia incompatibilidade para intervir e colocar o bom nome de deputados como o seu em causa. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomado conhecimento. -----

----- **PONTO TRÊS: Emissão de Declaração de Interesse Público Municipal, à ampliação da UPAC da empresa “ACUINOVA”, ao abrigo da alínea r) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. Aprovação.** -----

----- Interveio o **Presidente da Câmara Municipal** dizendo que a empresa da Acuinova que empregava 130 trabalhadores, pretendia instalar uma zona de painéis fotovoltaicos que teve financiamento comunitário para fazer. Tinha consumos excessivos de energia elétrica e tinham que arranjar energias alternativas. Queriam colocar numa área de REN, quem conhecia o empreendimento à entrada do lado direito, num descampado e precisavam de uma declaração de interesse Municipal para unir às entidades desafetar e instalar. Achavam que era de interesse que aquilo acontecesse eram criadores de emprego e queriam que corresse tudo bem. -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** disse que cumprindo todas as regulamentações ambientais e não ambientais e não pondo em causa também a ocupação do solo eram a favor daquela alteração. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto três da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO (PS) :** -----

----- O membro Hugo Gomes declarou que o Partido Socialista votava favoravelmente, que só demonstrava que era um projeto que estava a ter

sucesso apesar de ter tido os seus percalços, apelava ao Sr. Presidente Raul que pusesse os olhos naquele investimento porque estava a dar provas que era o certo e eram investimentos como aquele que precisavam e nem sempre tinha sido acarinhado por todas as forças políticas naquele concelho e naturalmente que aquele era um bom exemplo que estava com uma nova vida e com todo o vigor para andar para a frente e só desejava que viessem mais investimentos que trouxessem aquele tipo de dinâmica ao nosso concelho e que criassem emprego que tanto precisavam e não estavam a conseguir, dado que tinham uma ZI que só tinha uma empresa mas que nas palavras do Sr. Presidente o espaço era pouco quando até ao momento só tinha conseguido lá colocar uma empresa, esperava que aquela tendência se alterasse o mais depressa possível e tivessem mais empresas no concelho a criar emprego e a gerar riqueza.-----

----- **PONTO QUATRO: Unidade Operativa Planeamento e Gestão nº. 7- Prazos Novos - Praia de Mira - Aprovação, nos termos da alínea n) do nº 2 do artigo 23º. conjugado com a alínea a) do n.º1 do artigo 33º. do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO CINCO: Contratualização de Empréstimo EQ-BEI – Linha PT2020 – Autarquias – Operação CENTRO-06-1406-FEDER-000058 “Requalificação do Parque de Estacionamento Lago do Mar e Poço da Cruz – Aprovação** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, a obra do estacionamento do Poço da Cruz e do Lago do Mar já tinham avançado e o financiamento era de 85%. --

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia, foi aprovado por maioria, abstenção do Partido Socialista e MAR e restante a favor do PSD. -----

----- **PONTO SEIS: Ratificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da "Eurovelo 1 - Rota da Costa Atlântica" na CIM Região de Coimbra e aprovação de encargos plurianuais – Aprovação.**

----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** dizendo que aquele contrato já se encontrava para o Tribunal de Contas mas tinha havido duas alterações substanciais, a primeira foi o aumento do apoio do Turismo de Portugal de mais 300 mil euros para aquele projeto e também o ajustamento do contrato interadministrativo entre os Municípios de Mira, Cantanhede e Figueira da Foz o que fazia com que os valores e os compromissos plurianuais também, tivessem que ser acertados. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto seis da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO SETE: Protocolo de cedência de instalações entre a Câmara Municipal de Mira e a Junta de Freguesia de Mira - Aprovação.** _____

----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmando que aquele ponto estava relacionado com a transferência de competências para o município. A Câmara tinha aceite algum património devoluto do Estado, nomeadamente, o (antigo) Edifício das Finanças. Teria sido caminho longo a percorrer e queria deixar uma palavra de agradecimento aos serviços técnicos pelo trabalho feito. Quando se fez o pedido daquele imóvel, seria para a Junta de Freguesia de Mira porque, as suas instalações eram demasiado pequenas. Iria haver protocolo de cedência do espaço entre a CMM e a JFM. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que congratulava a transferência de competências e a solução encontrada era “feliz”. O Estado Central esteve bem ao propor aquela possibilidade de transferência e a CMM esteve bem ao aceitar, pena era, não se ter aceite outras como se tinha falado. -----

----Interveio o **Sr Artur Fresco** que agradeceu as palavras do Sr. Paulo Grego, era uma pessoa atenta e sabia das dificuldades da junta em termos de espaço.

Ficava muito feliz com aquele desfecho. O Espaço não era o ideal por ser situado num primeiro andar, mas felizmente tinha um hall de entrada que ia permitir fazer o atendimento ao público. Tinham que pensar numa solução para elevar as pessoas de mobilidade reduzida ao primeiro andar no caso de necessidade absoluta. Estava muito contente com aquela solução, o projeto estava na fase final e brevemente seria apresentado. Agradeceu todo o empenho que o Gabinete do Presidente teve em conseguir que aquilo fosse uma realidade, pois, andavam a lutar com “aquilo” desde 2019 e só naquele momento é que o tinham conseguido. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto sete da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO OITO: Revisão do Plano Diretor Municipal de Mira – prorrogação do prazo de elaboração, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 76.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio – Aprovação.**-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmou que o Plano Diretor Municipal de Mira estava em revisão, que ainda não o tinham acabado pois a lei previa uma possibilidade de prorrogar o prazo e era isso que estavam a fazer. -----

-----Interveio o **Sr. Carlos Nora** que lembrava o Sr. Presidente da Câmara mais uma vez para ver a possibilidade de urbanizar a estrada entre o Areal e o antigo Matadouro. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que registou a observação. Afirmou que havia uma série de entidades nomeadamente a Reserva Ecológica Nacional tinha restringido muito a nova carta e o estudo que encomendaram ainda ia restringir mais. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto oito da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **PONTO NOVE: Relatório – Operacionalização do Regime de Salvaguarda aos Riscos Costeiros em Litoral Baixo e Arenoso Para a Praia de Mira – Tomada de conhecimento.** _____

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que informou que o plano de ordenamento da Orla Costeira tinha trazido uma série de restrições da frente mar em termos de construções e até de reconstruções. Também tinha trazido uma norma interpretativa onde podiam ser criadas algumas exceções, mas tinham que estar devidamente fundamentadas para poderem ser integradas. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomada de conhecimento -----

----- **PONTO DEZ: Declarações de Compromissos Plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso – ano de 2020 - Tomada de conhecimento, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação.** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomada de conhecimento -----

----- **PONTO ONZE: Assunção de compromissos plurianuais, ao abrigo da “Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais” Tomada de conhecimento.** -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmou que havia uma autorização prévia por parte daquela Assembleia e havia o compromisso e a obrigação de levar a tomada de conhecimento daqueles compromissos à mesma. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomada de conhecimento -----

----- **PONTO DOZE: Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mira, referente ao ano de 2020 - Tomada de conhecimento nos termos da alínea h), do art.º 18.º, da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.** -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Tomada de conhecimento -----

----- **PONTO TREZE: Apreciar e deliberar- ABMG- Recursos Humanos- Admissão de Pessoal para o quadro sem qualquer procedimento concursal.**

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** afirmou que estava inteiramente disponível para qualquer esclarecimento. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** afirmou que a admissão de pessoas para o quadro da ABMG sem qualquer concurso era uma prática que consideravam indecente, tal informação tinha sido veiculada por diversos meios de comunicação e diversas fontes oficiais. Em 28 de dezembro de 2020 o Presidente da Câmara de Soure, Sr. Mário Jorge, assumiu que a ABMG e os Presidentes de Câmara dos três Municípios tinham admitido para o quadro de pessoal da ABMG sem qualquer concurso público. Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara se confirmava o conteúdo das declarações do seu colega de Soure e se confirmava que tinham empregue pessoas na ABMG sem concurso. -----

----- Advertia o Sr. Presidente que no exercício das suas funções públicas tinha o dever de responder de forma direta aquele assunto. -----

----- Interveio o **Sr. Pedro Nunes**, que queria esclarecer perante todos os membros daquela Assembleia que podia intervir nos pontos que diziam respeito a ABMG, quando quisesse, não havia nenhum impedimento, pois tinha ficado a dúvida por parte do Sr. Francisco Reigota de que ele não devia participar no debate. Era pai de um dos técnicos que lá trabalhava, mas não tinha nenhuma ligação à empresa e, portanto, podia intervir. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que agradeceu a advertência do Sr. Presidente da Junta da Praia, mas, era costume responder de forma direta e concisa. Em relação às declarações de 28 de dezembro que fala da Assembleia Municipal de Soure já o tinha ouvido diversas vezes e não conseguia retirar das declarações do colega da Câmara de Soure o que tinham retirado e tinham dito ao longo dos tempos. Voltava a repetir que a ABMG era uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza empresarial entregue ao setor local empresarial, nos termos do art. 28º da Lei 50/2012 apenas estava obrigada à contratação de

peçoal ao aplicar o Código de Trabalho, daí na seleção de peçoal terem utilizado as normas e as regras de direito de trabalho e no respeito integral da lei não havia qualquer irregularidade naquelas admissões. Fizeram uma análise crítica de currículos e daquelas peçoas que foram admitidas, não havia qualquer irregularidade. Tinham pareceres e informações jurídicas que o comprovavam e o fundamentavam. As peçoas tinham todo o direito de ter posição diferente naquela matéria e a fazer as queixas que quisessem fazer, não tinham era o direito de andar a difamar as peçoas, por isso já tinham encetado todos os meios para dar entrada de queixa crime e difamação para ser apensada aos processos crimes, ao que sabia já existiam vários processos crime, queriam que aqueles processos de difração e injúrias fossem apensados aos processos que foram apresentados na Procuradoria Geral. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que afirmou questão legal era diferente da questão política ou moral, se o Sr. Presidente não tinha dúvidas em relação à legalidade das contratações quem era ele para o questionar, atendendo às suas formações académicas completamente díspares naquele sentido. O que lhe parecia estranho era a simplicidade do ato. Não conhecia outras empresas municipais que o tivessem feito daquela forma, os procedimentos concursais eram como os conheciam e a interpretação dos estatutos da ABMG que remetiam para além das empresas Municipais, Intermunicipais e áreas Metropolitanas e depois aludiam para a Lei 50/2012 como o Sr. Presidente já o tinha referido por diversas vezes no art. 28º, não era assim tão claro quanto a ser só para o contrato de trabalho porque aludia para a contratação coletiva e reger-se-ia pela Lei Geral que também tinha uma legislação própria e bem definida. A bancada do PS não estava ali a acusar nada relativamente aqueles concursos, e muito admirava a afirmação que o Sr. Presidente estava a fazer porque no texto da introdução daquele ponto não estava em lado nenhum que estavam a acusar que era ilegal fosse o que fosse daquele concurso. Só tinham dúvidas do ponto de vista legal, não suscitava dúvidas nenhuma, eram certezas

que do ponto de vista político e moral era uma atitude no mínimo Suis Generis para não dizer pioneira e contratar 9 pessoas para uma empresa que umas vezes lhes interessava dizer que era privada e ia para o direito privado outra vezes interessava dizer que ficava na mesma na sua mão porque era tudo capitais públicos e eram os três Presidentes que mandavam. -----

----- Advertiu para que ficasse bem claro se aquelas pessoas eram ou não funcionárias públicas, e se a ABMG terminasse saber o que aconteceria às mesmas. Questionou porque é que depois se tinham aberto procedimentos concursais para a contratação de outros técnicos. Não queria ensinar nada a ninguém mas havia uma forma muito mais airosa de terem feito aquilo e achava que ali foram um bocadinho descuidados na forma como tinham tratado aquele assunto. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que em seguimento da intervenção colocou duas notas, uma do líder da bancada do PSD que dizia que tinha muito orgulho de ter um filho que era técnico superior daquela empresa, nunca tinha colocado em causa o profissionalismo das pessoas mas colocava em causa o método, tinha registado a frase de que tinha sido convidada para tal. Não lhe parecia moral, correto e ético aquela situação. Voltava a aludir que em momento algum tinham colocado em causa a legalidade que não era o Sr. Presidente que a ia decidir nem era ele, não tinha capacidade de decisão, quem tinha essa capacidade de decisão eram os tribunais. Do ponto de vista político era vergonhosa aquela atitude. Em termos políticos ficava mal a qualquer gestor ainda mais a um Presidente de Câmara que tinha privilégios pela função, mas tinha obrigação de ser um exemplo para os seus cidadãos. Em termos políticos era lamentável. Perguntava o que seria se fosse ao contrário. Havia três Presidentes de Câmara naquela resolução, dois do PS e um do PSD, achava errada a atitude em termos políticos por parte dos três sendo dois do seu partido.

----- Em termos políticos haveriam de ter sanções bem como teria de haver consequências. -----

----- Dirigia-se a todos os membros daquela Assembleia Municipal em especial ao Sr. Presidente da Mesa recordando que Assembleia era um órgão deliberativo do Município, mas também fiscalizador de toda a atividade política. Eram eleitos pelo povo e seus representantes. Tinham obrigação de desempenhar as funções no estrito cumprimento da Lei e em momento algum teriam a possibilidade de invocar desconhecimento e seriam sempre julgados pelas suas atitudes. -----

----- Naquele assunto em concreto tinham duas hipóteses distintas, ou votavam favoravelmente o envio para a Procuradoria Geral da República com o único objetivo de esclarecer aquela questão ou votavam contra aquele pedido de esclarecimento e tornavam-se coniventes e cúmplices com aquelas práticas corretas ou incorretas do plano legal ou jurídico. Apelava à consciência de todos e propunha a votação favorável daquele assunto, ABMG recursos humanos admissão de pessoal para o quadro sem qualquer procedimento concursal para a Procuradoria Geral da República para que fosse analisado e esclarecida a sua legalidade. -----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro** afirmando que não se ia meter em guerras entre o PS e o PSD, era óbvio que havia algumas coisas enquadráveis em termos legais, outras coisas podiam ser questionáveis, tudo o que era ético e político ia ser julgado pelos eleitores nas próximas eleições, tudo o que fosse legal as entidades haviam de estar atentas aquilo. Já tinha alertado em outras Assembleias que as empresas Municipais eram um problema para as Assembleias como órgão fiscalizador porque fugiam do seu controlo. Não conseguiam fiscalizar as valências, os cargos, as despesas, não conseguiam fazer o seu papel. -----

----- Interveio o **Sr. Pedro Nunes** que começava por um ditado antigo que dizia que “todos tinham telhados de vidro”. Relativamente aquele caso em concreto disse que o seu filho desde a sua formação académica até ao presente tinha trabalhado sempre na área da engenharia e obras públicas, tinha, portanto, currículo para preencher os requisitos. Tinha aplicado a palavra convidado, não

a retirava, pois já lá iam doze anos em que ele sempre tinha estado de botas e capacete no terreno. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente** dizendo que havia uma coisa que achava incrível e não conseguia perceber do Partido Socialista em que os dois elementos começavam por dizer que não duvidavam da legalidade da decisão, mas no fim da intervenção requeriam que fosse aprovado e enviado para a Procuradoria da República. Não dizia que não tivessem o direito de duvidar, não podiam era dizer que não duvidavam daquela legalidade. Era legitimo, tinham aquele direito e lá estariam para se defenderem e explicar o que fosse necessário daquela matéria.

----- Em quase todas as empresas intermunicipais para as empresas começarem a trabalhar as admissões tinham sido feitas naqueles termos da Lei 50/2012. Não era caso pioneiro, mas ali, criou-se aquele burburinho todo, reafirmou que estavam na “estaca” zero e era preciso começar a trabalhar. Não tinham regulamentos de recrutamento, era preciso alguém que construísse a casa e os regulamentos para poder haver regulamento de contratação, a Lei não o previa. Não eram funcionários públicos, não se aplicava a Lei Geral da Função Pública, se por acaso a empresa fechasse iam para a rua com os direitos normais como uma empresa normal laboral, à exceção dos que mudaram das câmaras para lá em regime de empréstimo mais nenhuns tinham estatuto de funcionários públicos. -----

----- Havia todo o direito em questionar, em escrutinar, tinham todo o direito pois, se tinham dúvidas era legítimo que as esclarecessem junto das entidades. Deliberar sobre uma queixa em que já existiam duas, era decidir sobre o que já estava decidido. Tinha um documento que ia a Assembleia Municipal de Soure que já tinha número de processo no DIAP, era decidir duas vezes sobre a mesma coisa. Lá estariam para esclarecer o que fosse necessário. -----

----Interveio o **Sr. Francisco Reigota** que não conseguia perceber muito bem o enquadramento das respostas do Sr. Presidente da Câmara porque o Partido Socialista em momento algum tinha difamado o Sr. Presidente da Câmara, em

termos políticos fazia-lhe questões. Achava que já todos tinham percebido bem o enquadramento daquela situação, o Sr. Presidente tinha colocado três pessoas do seu relacionamento e da sua esfera política a trabalhar numa empresa de capitais públicos, o que para eles era normal, não era uma coisa e para os cidadãos também não o era. Quem não devia não temia, então podiam enviar a proposta sem qualquer problema e votá-la favoravelmente porque não deviam e não temiam, então que pedisse a sua bancada para votar favoravelmente naquela situação. Relativamente às entrevistas, afinal tinha havido entrevistas, na reunião de 10 de dezembro tinha feito as mesmas perguntas e não o tinha respondido. Questionava porque é que tinha havido concursos públicos para os restantes elementos que tinham ido trabalhar para aquela empresa. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que disse que em momento algum tinha acusado os elementos do Partido Socialista de Mira, alguém estava a enfiar a carapuça. Acusou alguns elementos do movimento, mas nunca o ouviram acusar os elementos do Partido Socialista de Mira do que quer que fosse, portanto que não colocassem palavras na sua boca a dizer o que não tinha dito.

----- Tinha a certeza que o ato era legal, qual era o objetivo enviar para a Procuradoria Geral da República se já estava, não sabia qual era a intenção. Tinha cumprido o que estava na Lei, já tinha explicado que as pessoas que entraram foram as pessoas que tinham ido formar a empresa e meter tudo em funcionamento, cumprindo escrupulosamente a Lei. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** esclarecendo que existia uma proposta do Partido Socialista para enviar uma queixa para a procuradoria, solicitou ao Sr. Francisco Reigota que lesse a proposta para se votar em seguida.

----- Leu a proposta o Sr. Francisco Reigota, para se deliberar sobre o eventual envio sobre ABMG Recursos Humanos sobre a admissão para o quadro sem qualquer procedimento concursal para a Procuradoria Geral da República analisar e fazer esclarecimento cabal sobre a legalidade de todo aquele processo. -----

----- Interveio o **Sr. Nelson** que afirmou o que estava em causa naquele momento era votar se eram a favor do envio do documento para a Procuradoria Geral da República ou se votavam contra. -----

----- **VOTAÇÃO** -----

----- Submetido a votação o ponto treze da ordem do dia, no sentido do envio do assunto à Procuradoria Geral da República, foi rejeitado por maioria, com os votos contra do PSD e oito votos a favor do PS e um voto a favor do MAR. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO (PSD)** -----

----- **Pedro Nunes** declarou que o grupo do PSD da Assembleia Municipal de Mira votava contra aquela proposta e repudiava o comportamento da Comissão Política do Partido Socialista em relação aquela matéria pelos seguintes motivos: o Sr. Presidente da Câmara abordou aquele tema por três vezes e aquela bancada tinha ficado devidamente esclarecida quanto ao assunto, a contratação e pessoal para a ABMG era da exclusiva responsabilidade do Conselho de administração não estavam os contratados obrigados a concurso público. -----

----- À Procuradoria Geral da República já tinha sido dado conhecimento do assunto pela Assembleia Municipal de Soure pelo que não precisavam de se repetir sobre a mesma matéria. Aquela tentativa de linchamento público na comunicação e redes sociais por parte do Partido Socialista e do seu Presidente e da constante difamação sobre o Conselho de Administração da ABMG era o desespero de quem não tinha ideias alternativas e promovia a política do vota abaixo. Levar lutas político partidárias do Partido Socialista de outros concelhos para Mira era lamentável, e utilizar a ABMG para esse fim pior ainda. Mira e o povo Mirense mereciam saber que toda aquela movimentação do Partido Socialista de Mira e dos seus parceiros, como João Gouveia e Fernando Pereira tinha como único objetivo a sua promoção pessoal e desespero, fruto da aproximação das autárquicas. Pedro Coimbra, presidente da Assembleia Municipal de Penacova e putativo candidato à Câmara de Penacova, promoveu a saída de Penacova da APIN, empresa intermunicipal do ambiente do Pinhal

Interior. Por seu lado o seu sogro João Gouveia, Presidente da Assembleia Municipal de Soure e pai da Vereadora Nádía Gouveia de Soure, queria utilizar a mesma estratégia em Soure, naquela triangulação surge o Presidente da Comissão Política do Partido Socialista de Mira, questionava se ao Partido Socialista de Mira interessava o mesmo para o Concelho de Mira ou só trocas partidárias e interesses pessoais. Se queriam apresentar queixa na Procuradoria Geral da República não precisavam daquela Assembleia, podiam agir por conta própria, pois não contavam com aquele grupo parlamentar que apoiavam totalmente o trabalho do Sr. Presidente Raul Almeida e mostravam total solidariedade, homem que tinha promovido Mira e os resultados estavam à vista de todos. Nunca tanto se tinha investido na melhoria da água e na ampliação da rede de saneamento, agora sim, estavam verdadeiramente a apostar na melhoria do abastecimento de água. -----

----- Continuou dizendo que já em 2009 no programa eleitoral liderado por João Reigota que mereceu a confiança do povo Mirense referiam que Mira apresentava vários problemas de água e saneamento, mas o que tinham feito em relação aquela matéria no mandato de 2009 a 2013 tinha sido Zero, rigorosamente nada. Pediu que não quisessem atirar areia para os olhos Mirenses, que não quisessem enganar o povo Mirense, e que tivessem respeito pelos eleitos locais. Que fizessem política e que fizessem uma oposição séria. Chegava de difamação. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que anunciou que terminada aquela Assembleia com uma declaração de voto passariam à aprovação da minuta da ata. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** que questionou o Sr. Presidente da Assembleia se aquilo era uma declaração de voto sobre o tema em causa. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que questionou o Sr. Paulo Grego se era responsável pelas suas declarações, ao que aquele respondeu que

achava que sim enquanto não tivesse nenhum atestado que o tornasse inimputável. Ao que o Sr. Presidente da Assembleia disse até ele tinha dúvidas.

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa dizendo que não começasse com aquelas coisas, que só estava a perguntar, que ao longo da toda a reunião tinha estado a dar lições de como corrigir as coisas. Tanta vez o tinha corrigido que questionava se aquilo era uma declaração de voto sobre o que tinha estado em causa naquela votação. -----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** que afirmou que ele é que tinha dito que “não sabia se...”, não tinha sido ele. -----

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego** questionava se aquilo é que era o fundamental daquilo que se estava a falar. Estava mais uma vez a olhar a uma pequena questão para não responder aquilo que era o essencial, de tudo o que tinha dito só tinha retido o “não sabia se”. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Assembleia** dizendo que o Sr. Paulo estava muito enervado e que não se enervasse. Já não tinha querido fazer uma intervenção porque estava enervado e voltava a estar. Podia-lhe ter dito duas coisas, mas não queria dizer. Sempre tinha dito que o Sr. era mesmo assim, estava ali a revelar as suas características, que nunca ali tinha acontecido. Que jogava de duas maneiras que dizia uma coisa e depois fazia outra. -----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego** supondo estar com dificuldade nas novas tecnologias que não queria acreditar que o Sr. Presidente estava a dizer aquilo.

----- Interveio o **Sr. presidente da Assembleia** afirmando que não o estava a conhecer naquele dia e que se calhar todos os outros elementos que ali estavam, tinham uma ideia a seu respeito, que a mudariam naquele dia. Terminava ali aquela Assembleia, passariam a aprovação da ata em minuta. -----

----- **ENCERRAMENTO:** -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas 22 horas e 20 minutos , da qual, para constar, se lavrou a presente ata, em que as respetivas deliberações foram

todas tomadas como se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa

(Mário Ribeiro Maduro, Dr.)

O 1.º Secretário

(Nélson Miranda Cadete, Prof.)